

## Operação Compliance Zero

Investigação mostra que os recursos eram usados para comprar policiais da ativa e permitir o vazamento de informações sigilosas sobre diligências em curso

Facebook/Paulo Navarro



Henrique Vorcaro teria liderado o grupo conhecido como "A Turma"

Divulgação



Mourão, o "Sicário", cometeu suicídio após ser preso em março

# Vorcaro pagou R\$ 400 mil por mês a agente da PF

» RENATO SOUZA

Investigações da Polícia Federal apontam que Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, pagou mensalmente de R\$ 400 mil ao policial federal aposentado Marilson Roseno da Silva para ter acesso a informações sigilosas de apurações que corriam na corporação. A informação está em um relatório enviado ao ministro André Mendonça, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com as diligências, Roseno foi o responsável por criar um sistema de vazamentos na PF. Ele teria cooptado agentes da ativa para obter informações sobre ações em curso. O documento enviado ao Supremo afirma que entre os recrutados estão o agente Anderson Wander da Silva e a delegada Valéria Vieira. Eles teriam recebido propostas de pagamentos via Pix para colaborar no esquema criminoso.

O relatório também aponta que Sebastião Monteiro Júnior e Francisco Pereira da Silva, que também estavam aposentados, juntaram-se ao grupo para acessar as

informações privilegiadas.

O dinheiro aos integrantes da PF, tanto da ativa quanto aposentados, era repassado por Henrique Vorcaro, pai de Daniel Vorcaro, conforme as apurações. Ambos estão presos por suspeita de envolvimento nas fraudes envolvendo o Master.

Os agentes da ativa eram utilizados para acessar sistemas de investigação como o E-pol, que registra inquéritos em curso, assim como ordens judiciais recebidas pela corporação. Foi por meio desse sistema que Vorcaro tomou conhecimento de um mandado de prisão expedido contra ele. O relatório aponta que o documento foi repassado para um site jornalístico e que o vazamento seria usado na defesa do ex-banqueiro.

O ministro André Mendonça determinou a prisão preventiva dos policiais da ativa citados no relatório. A delegada Valéria Vieira foi afastada da função.

Mensagens obtidas pela PF apontam ainda que Roseno cobrou Henrique Vorcaro, em janeiro deste ano, após ocorrer atraso nos pagamentos,

o que poderia interromper o vazamento das informações.

Para tentar mascarar os repasses, a investigação aponta que os pagamentos a Roseno eram enviados como prestação de serviços à empresa dele, a Roseno & Ribeiro Gestão Empresarial Ltda. Os recursos eram repassados pela King Participações, de Luiz Phillipi Mourão, conhecido como Sicário. Luiz Phillipi foi preso por ordem do Supremo, mas tirou a própria vida dentro de uma cela na PF.

## "A Turma"

De acordo com as investigações, Marilson era o líder do grupo conhecido como "A Turma", especializado em fazer ameaças e pressionar desafetos de Daniel Vorcaro. Outros dois policiais federais e um bicheiro do Rio de Janeiro também faziam parte dos integrantes da equipe, de acordo com os documentos que estão no processo que corre no Supremo.

Os envolvidos nesse núcleo usavam armas de grosso calibre

e carros blindados para intimidar terceiros. A PF revela que, em 9 de janeiro, Henrique Vorcaro escreveu a Marilson: "No momento em que estou é que preciso de vocês". Recebeu como resposta: "Nos ajude para podermos lhe ajudar". Marilson ainda disse que faltava boa vontade dos líderes do esquema para pagar o que deviam ao grupo.

Em 14 de janeiro ocorreu a segunda fase da Compliance Zero, que investiga as fraudes do Master. Um mês depois, em fevereiro, Marilson Roseno voltou a cobrar Henrique Vorcaro e disse que a atuação do grupo também sofreria atrasos até que os pagamentos fossem quitados. O pai do dono do Master então respondeu que ele também estava precisando de ajuda, segundo a PF, por causa dos avanços da operação.

A defesa de Henrique Vorcaro negou que ele tenha liderado o grupo conhecido como "A Turma" e afirmou que nas mensagens ele tratava de negócios imobiliários e da venda de um terreno. Os advogados afirmam que essas informações ficarão comprovadas no curso do processo.

# Viagem em jatinho do ex-banqueiro

Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), admitiu ter voado no jatinho do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro. O parlamentar afirmou que viajou à capital portuguesa "de carona", a convite do senador Ciro Nogueira (PP-PI), para participar do Fórum Jurídico de Lisboa, organizado pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Quando teve o evento de Gilmar em Lisboa, eu não ia. Quando foi na festa do evento, o Ciro me chamou: 'Hugo, vamos para o evento?'. 'Ciro, não comprei passagem, e eu tenho que voltar, porque era época da festa junina lá, nossa'. Ele disse: 'Não, vamos com o Daniel de carona', afirmou Motta, em entrevista ao *Estadão*.

Também conforme o relato de Motta, ao chegar a Lisboa, "Daniel tinha reservado o hotel". "Também não vejo problema nisso. É um evento corporativo. Não vejo crime nisso".

Investigações da Polícia Federal



Hugo Motta disse que viagem foi a convite de Ciro Nogueira

apontam que Vorcaro bancou diárias tanto de Nogueira quanto de Motta. As diligências apontam que o presidente da Câmara se hospedou em um hotel de luxo na capital portuguesa.

Em um das conversas, Vorcaro conversa com um auxiliar, passa uma lista de nomes de homens que teriam autorização para entrar no hotel de luxo e demonstra preocupações com a privacidade

de seus convidados. "Leo, preciso muito que você dê uma atenção na questão de segurança. Cidade está lotada, eu tive lá no lugar agora (sic). Tive uma reunião lá no clube. Tem que ter certeza que o lugar em frente ao restaurante também esteja privatizado porque senão dá pra ver tudo lá dentro. Tem que ter alguém lá embaixo, quando você sai do elevador já dá para ver tudo, quem tá o que está acontecendo", diz Vorcaro em uma mensagem de áudio transcrita pela equipe da PF e enviada ao ministro André Mendonça, relator do caso no Supremo Tribunal Federal. O auxiliar responde com "Ok".

A PF aponta que documentos encontrados nas ações de busca e apreensão comprovam que os valores das diárias foram efetivamente pagos. Em nota, Hugo Motta afirmou que a viagem teve destino a um evento corporativo e negou qualquer irregularidade. "Não vejo problema nisso. Era um evento corporativo, encontro jurídico", afirmou.

# Mais prazo para BC concluir inquérito

O Banco Central informou, ontem, a prorrogação do prazo para a conclusão do inquérito instaurado nas instituições do conglomerado Master, por 120 dias, a contar a partir de 23 de junho de 2026.

A possibilidade de adiamento é prevista pela legislação que trata das liquidações extrajudiciais. O texto legal prevê que os inquéritos devem ser concluídos dentro de 120 dias e podem ser prorrogados, "se absolutamente necessário", por igual prazo.

O comunicado publicado nesta quarta-feira é assinado pelo chefe-adjunto do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora, Aarão Diamantino Oliveira.

O inquérito sobre o Banco Master S/A, o Banco Master de Investimento S.A., Banco Letsbank S.A, Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários e Will Financeira S.A., que estão em liquidação extrajudicial, e o Banco Master Múltiplo S.A., que está

sob regime de administração especial temporária.

O inquérito visa apurar as causas que levaram as empresas à liquidação e a responsabilidade dos controladores e administradores nos cinco anos anteriores a essa determinação.

Após a conclusão dos prazos, com ou sem a apresentação de defesa, o inquérito será encerrado com um relatório. Nele, deve constar, em síntese, qual a situação da entidade examinada, causas

da queda, nome e quantificação e relação dos bens particulares dos que, nos últimos cinco anos, geriram a sociedade, assim como o montante ou a estimativa dos prejuízos apurados em cada gestão.

Se o inquérito concluir pela inexistência de prejuízo, o caso será arquivado no próprio BC. Caso conclua pela existência de prejuízos, "os autos do inquérito, com o respectivo relatório, serão encaminhados ao juízo da falência ou ao juízo competente para decretá-la".

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



# Trump volta a criticar o Brasil, e Lula pede que não se meta nas eleições

O choque político e ideológico entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no contexto das eleições brasileiras, estava escrito nas estrelas. Não é um episódio isolado, provocado apenas pelas recentes declarações de Trump sobre a política brasileira ou pela reação de Lula durante a reunião do G7. O conflito tem raízes mais profundas: a estreita ligação política e ideológica entre o bolsonarismo e a atual administração republicana, o novo posicionamento internacional do Brasil sob o governo Lula e a própria complexidade histórica das relações entre Brasília e Washington. A disputa pode reavivar uma polarização que marcou a vida política nacional nas décadas de 1950 e 1960: o confronto entre nacionalistas e "entreguistas", sob novas circunstâncias e narrativas.

As declarações de Trump na França, ao comentar a situação política brasileira e manifestar simpatia pelos Bolsonaro, não surgiram do nada. O presidente norte-americano tem afinidade política com o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus filhos desde seu primeiro mandato. Essa proximidade foi reforçada pela atuação internacional do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), principal adversário de Lula nas eleições, e do ex-deputado Eduardo Bolsonaro junto aos círculos conservadores norte-americanos. Ele se autotitulou e se coloca como vítima de perseguição, o que aparentemente foi corroborado por sua condenação a quatro anos e dois meses de prisão em regime semiaberto por "coação" da Justiça. O elo mais importante dessa conexão é o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio.

Figura central da política externa do governo Trump, Rubio compartilha com o bolsonarismo não apenas uma visão conservadora dos costumes, mas também uma visão geopolítica marcada pela oposição à China, pela crítica aos governos de esquerda latino-americanos e pela defesa de um alinhamento preferencial com Washington. A classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho como organizações terroristas pelo Departamento de Estado, a pressão tarifária sobre produtos brasileiros e as críticas dirigidas às instituições brasileiras refletem essa convergência entre setores do governo Trump e a oposição bolsonarista.

Ao reagir, Lula não fez apenas a defesa das instituições brasileiras. Reafirmou uma concepção tradicional da política externa brasileira baseada na soberania nacional e na não intervenção nos assuntos internos dos Estados. Ao dizer a Trump que não se meta nas eleições brasileiras, o presidente procurou estabelecer um limite diplomático que remete à tradição do Itamaraty desde o Barão do Rio Branco. O problema é que a relação entre Brasil e Estados Unidos sempre foi complexa. É tecida por interesses econômicos, afinidades culturais e disputas geopolíticas que remontam ao século XIX.

## Cosmopolitismo

Maior país da América do Sul, sempre houve uma combinação contraditória de cooperação e tensão com Washington. Houve momentos de estreita convergência, como na Primeira República, no governo Dutra e nos primeiros anos do regime militar. Mas também períodos de atrito, como durante os governos de Getúlio Vargas e João Goulart. Agora, o contexto é mais complexo. Embora os Estados Unidos continuem sendo uma referência econômica, tecnológica e cultural para a sociedade brasileira, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil.

O governo Lula aposta numa política externa de múltiplos alinhamentos, fortalecendo relações com os países do Brics, ampliando laços com Pequim e defendendo uma ordem internacional multipolar. Essa estratégia colide frontalmente com a visão geopolítica de Trump e Rubio, para os quais a contenção da influência chinesa constitui prioridade absoluta. Nesse cenário, era inevitável que a política externa ganhasse densidade no embate eleitoral. O bolsonarismo busca apresentar Lula como representante de um projeto alinhado à China. O lulismo, por sua vez, acusa o bolsonarismo de ter complexo de vira-latas e subordinar os interesses nacionais aos interesses norte-americanos. O episódio do G7 talvez seja apenas o primeiro capítulo de uma campanha eleitoral em que Washington terá presença muito maior do que em eleições anteriores.

Essa tensão não é nova. Remete-nos ao velho debate que dividiu o Brasil durante a industrialização do pós-guerra. De um lado, os nacionalistas, defensores do desenvolvimento autônomo, da proteção da indústria nacional, da soberania sobre recursos estratégicos e de uma política externa independente. De outro, os chamados "entreguistas", acusados de favorecer interesses estrangeiros em detrimento de um projeto nacional de desenvolvimento.

Celso Furtado e outros economistas defenderam a necessidade de um desenvolvimento apoiado na inovação tecnológica e na redução da dependência externa. Em sentido oposto, setores liberais e conservadores apostavam numa integração mais estreita ao capitalismo internacional liderado pelos Estados Unidos. A disputa marcou os governos Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart e foi um dos componentes da crise política que desembocou no golpe de Estado de 1964.

Entretanto, o mundo é outro. A economia brasileira foi globalizada. Numa inversão de papéis, quem se opõe à globalização e adota uma política protecionista são os Estados Unidos. Nossa economia está integrada às cadeias globais, o agronegócio exporta principalmente para a China e a própria noção de soberania nacional ganhou novos contornos diante da revolução tecnológica e do nosso cosmopolitismo. No entanto, a essência do conflito permanece: qual é o lugar do Brasil no mundo? Um país capaz de formular seu próprio projeto de desenvolvimento ou uma nação dependente das decisões tomadas pelas grandes potências?